

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.839.640 - BA (2019/0188167-9)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : MUNICIPIO DE JEQUIÉ
ADVOGADOS : RUYBERG VALENCA DA SILVA E OUTRO(S) - BA011300
MARCO ANTONIO ADRY RAMOS - BA048896
RECORRIDO : MARINALVA GOMES ALMEIDA
RECORRIDO : LAERCIO FRANCO COSTA
RECORRIDO : MARIA NEIDE CRUZ SAMPAIO
RECORRIDO : LUIZ CARLOS RIBEIRO POMPONE
RECORRIDO : MARIA DA GRACAS PEREIRA LEITE
RECORRIDO : MARLI ALVES GOMES
RECORRIDO : MIRIAN BITTENCOURT PAES
RECORRIDO : OLIVIO SANTOS SILVA
RECORRIDO : ROSA NASCIMENTO SILVA
RECORRIDO : ROSALVO ALVES QUARESMA
ADVOGADOS : ARISTOTENES DOS SANTOS MOREIRA - BA010607
CAROLINA BARRETO LONGA - BA023679

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. ARGUIÇÃO DE INÉPCIA DA INICIAL, DIANTE DE DESMEMBRAMENTO DO FEITO. PRECLUSÃO. FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS NÃO IMPUGNADOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. MATÉRIA FÁTICA. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. — PRESCRIÇÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS TIDOS POR VIOLADOS. SÚMULA 282/STF. RECURSO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo Município de Jequié, com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça Estadual, assim ementado (e-STJ fl. 298):

APELAÇÃO CÍVEL EM EMBARGOS À EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. RENOVAÇÃO, EM GRAU DE RECURSO, DE ARGUIÇÃO DE INÉPCIA DA INICIAL, DIANTE DE DESMEMBRAMENTO DO FEITO. MATÉRIA PRECLUSA. *IN OBITER DICTUM*, ADEQUADA APLICAÇÃO DA REGRA DO ART. 46, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC/73. CONFIRMAÇÃO DO RECHAÇO PROMOVIDO NA SENTENÇA, PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO AFASTADA E MATÉRIAS DE MÉRITO JÁ DEVIDAMENTE ENFRENTADAS E RECHAÇADAS EM SENTENÇA PROFERIDA EM 2011, INCLUSIVE TENDO SIDO EXERCIDO, NA

Superior Tribunal de Justiça

OCASIÃO, OPORTUNO DIREITO DE RECORRER. MATÉRIA PRECLUSA, MODIFICÁVEL POR MEIO DO PRESENTE INSTRUMENTO RECURSAL. PRELIMINAR REJEITADA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA CONFIRMADA.

Os embargos de declaração interpostos pelos autores foram acolhidos, com efeitos modificativos, para fixar os honorários advocatícios (e-STJ fls. 349-350).

O recorrente alega que houve violação dos artigos 267, I e IV, e 269, IV, do CPC/1973, aos argumentos de que: **(a)** é inepta a inicial do processo executivo, e isto causou prejuízo à defesa, pois, "ao prevalecer a execução fora dos autos da ação ordinária, sem valor atribuído à causa, houve manifesto cerceamento a ampla defesa e do contraditório, garantias insculpidas até em sede constitucional" (e-STJ fl. 365); e **(b)** houve prescrição quinquenal sobre as parcelas anteriores a 20/12/1999 e, sendo a prescrição matéria de ordem pública, pode ser arguída a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição.

Com contrarrazões (e-STJ fls. 375-383).

Juízo positivo de admissibilidade à e-STJ fl. 454.

É o relatório. Passo a decidir.

O recurso não merece prosperar.

No tocante à nulidade por inépcia da petição inicial da execução, por ter sido determinado o desmembramento da execução, o Tribunal de origem, ao julgar a apelação, assim se manifestou sobre a matéria (e-STJ fls. 298-300):

Questão preliminarmente agitada na origem, a inépcia da petição inicial executória em virtude de desmembramento da execução em 6 (seis) feitos individualmente considerados, foi novamente revolvida em sede de recurso, contudo, assim como entendeu o douto juízo sentenciante, não merece acolhida tal pretensão.

Isto por que o ato jurisdicional que determinou o desmembramento dos feitos, traduziu-se em decisão interlocutória, passível de oportuno ataque, mediante a via processual adequada, qual seja o agravo de instrumento, sendo que, não tendo existido qualquer insurgência quanto aos aspectos formais daquela decisão, muito menos qualquer notícia ou impugnação quanto a regularidade da intimação do seu conteúdo, tenho que a matéria em particular se encontra preclusa, de modo que não merece sequer ser conhecido seu mérito, em grau de recurso.

Inobstante isso, *in obiter dictum*, saltam aos olhos o vulto que a demanda originária se tornou, reunindo uma enorme quantidade de litigantes no polo ativo (mais de oitenta autores/exequentes), e por tal motivo agregou uma miríade de documentos e atos reunidos e registrados em mais de 4500 folhas (a sentença homologatória dos cálculos de cumprimento de sentença foi acostada aos autos principais às fls. 4516/4521), reunidas em 24 volumes, de modo que a organização do feito de forma racional e eficiente, é mais do que uma obrigação política jurisdicional, cinge-se em uma necessidade prática do juízo, a bem de que possa empreender a melhor e mais adequada prestação da tutela jurisdicional.

[...]

Obtempere-se, por derradeiro, que o ato de desmembramento não ensejou qualquer prejuízo à parte apelante, diante do fato de que lhes fora

Superior Tribunal de Justiça

assegurado todas as prerrogativas inerentes ao devido processo legal, a ampla defesa e ao contraditório, tanto assim que a cada feito executório foi dirigido um embargo à execução correspondente, conforme se pode vislumbrar do tópico inicial da sentença, fl. 158, inclusive, à guisa de confirmação, aquele juízo houve reconhecido, nos termos impugnados pelo embargante/apelante, a necessidade da observância dos requisitos da petição inicial, com o deferimento do pedido de atribuição do valor da causa individual para cada feito.

Assim, tem-se por preenchida de fundamento, a teor do que prescreve a norma do art. 46, *caput* e parágrafo único do CPC/73, vigente à época.

Por tais lineamentos, confirmo o rechaço da preliminar de inépcia, nos termos da sentença.

O recorrente não enfrenta especificamente referida fundamentação do acórdão recorrido, a qual se remanesce incólume por falta de impugnação específica, mantendo o resultado do julgado e tornando inadmissível o recurso que não a impugnou. Incidência da Súmula 283/STF.

Ademais, verifica-se que o acolhimento da pretensão recursal, no sentido de que houve supressão do direito adquirido e ofensa à coisa julgada, demanda alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em recurso especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.

Quanto à prescrição, constata-se que o Tribunal de origem não proferiu juízo de valor acerca do artigo 269, IV, do Código de Processo Civil/1973, o que acarreta o não conhecimento do recurso especial pela falta de cumprimento ao requisito do prequestionamento. Aplica-se ao caso a Súmula 282/STF.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL VIOLADO. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 284/STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO ART. 191 DO CÓDIGO CIVIL. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 282/STF. AUSÊNCIA DE COMBATE A FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS DO ACÓRDÃO. APLICAÇÃO DO ÓBICE DA SÚMULA N. 283/STF. VIOLAÇÃO AO ART. 37, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. COMPETÊNCIA DO STF. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I – Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. *In casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015 para o presente Agravo Interno, embora o Recurso Especial

Superior Tribunal de Justiça

estivesse sujeito ao Código de Processo Civil de 1973.

II – A Corte de origem apreciou todas as questões relevantes apresentadas com fundamentos suficientes, mediante apreciação da disciplina normativa e cotejo ao posicionamento jurisprudencial aplicável à hipótese. Inexistência de omissão, contradição ou obscuridade.

III – A jurisprudência desta Corte considera deficiente a fundamentação do recurso que não aponta o dispositivo de lei federal violado pelo acórdão recorrido, circunstância que atrai, por analogia, a incidência do entendimento da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal.

IV – A ausência de enfrentamento da questão objeto da controvérsia pelo tribunal *a quo* impede o acesso à instância especial, porquanto não preenchido o requisito constitucional do prequestionamento, nos termos da Súmula n. 282 do Supremo Tribunal Federal.

V – A falta de combate a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido justifica a aplicação, por analogia, da Súmula n. 283 do Supremo Tribunal Federal.

VI – É entendimento pacífico desta Corte que o recurso especial possui fundamentação vinculada, não se constituindo em instrumento processual destinado a examinar possível ofensa à norma Constitucional.

VII – Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

VIII – Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

IX – Agravo Interno improvido. (AgInt no REsp 1.283.136/PR, Relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 17/9/2018)

ADMINISTRATIVO. CUMULAÇÃO ENTRE PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE E PENSÃO DECORRENTE DE REFORMA MILITAR. ANÁLISE DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. MATÉRIA INSUSCETÍVEL DE EXAME NA VIA ESPECIAL. ENUNCIADO OU SÚMULA NÃO EQUIVALE A DISPOSITIVO FEDERAL. OMISSÃO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF.

1. Em recurso especial não cabe invocar violação a norma constitucional, razão pela qual o presente apelo não pode ser conhecido relativamente à apontada ofensa ao art. 53, **caput**, da Constituição Federal.

2. Quanto à alegada infringência às Súmulas 134/TRF e 343/STF, esta Corte firmou entendimento de que enunciado ou súmula de tribunal não equivale a dispositivo de lei federal, restando desatendido o requisito do art. 105, III, *a*, da CF. Precedentes.

3. O acórdão recorrido não apreciou a matéria pertinente ao art. 219, **caput** e § 1º do CPC, tampouco foram opostos embargos declaratórios para suprir eventual omissão. Portanto, ante a falta do necessário prequestionamento, incide o óbice da Súmula 282/STF.

4. O acórdão recorrido foi proferido em consonância com a antiga jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual não é possível a cumulação dos proventos da reserva Militar com a pensão especial de ex-Combatente instituída pelo art. 53, inciso II, do ADCT. Precedentes.

Superior Tribunal de Justiça

4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no REsp 1.416.004/RJ, Relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 3/9/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS TIDOS POR VIOLADOS. SÚMULA 282/STF.

1. A falta de prequestionamento da matéria suscitada no recurso especial impede o seu conhecimento, a teor da Súmula 282/STF.

2. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1.657.324/MG, Relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 25/4/2018)

Acrescente-se que não se pode conhecer da irresignação contra a ofensa a dispositivos legais que não foram analisados pela instância de origem, ainda que se trate de matéria de ordem pública. Ausente, portanto, o indispensável requisito do prequestionamento. Nesse sentido, destaco a recente decisão da Corte Especial:

AGRAVO INTERNO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. ALEGADO DISSENSO PRETORIANO SOBRE TESE NÃO EXAMINADA NO ACÓRDÃO EMBARGADO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. REJULGAMENTO DO RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO.

1. A tese defendida pela ora agravante é diferente da premissa fática utilizada pelo acórdão embargado da Terceira Turma, inexistindo a comprovação do alegado dissenso pretoriano, na forma legal e regimental, por falta de prequestionamento da tese defendida nas razões de recurso. Precedentes da Corte Especial.

2. Segundo as disposições legais e regimentais, os embargos de divergência tem por objetivo precípuo a uniformização da interpretação da leis federais no âmbito desta Corte Superior, não se prestando para o simples rejulgamento do recurso especial, como no caso dos autos, onde a recorrente almeja, em verdade, alteração da premissa fática estabelecida pelo Tribunal Estadual e assim utilizada no acórdão embargado, dentro da técnica de exame do apelo nobre, onde é vedado o reexame dos fatos definidos soberanamente pela instância ordinária. Jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça.

3. Agravo interno improvido. (AgInt nos EAREsp 297.377/RJ, Relator Ministro Jorge Mussi, Corte Especial, DJe 17/4/2018)

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Majoro em 1% os honorários advocatícios fixados anteriormente, observados os limites e parâmetros dos §§2º, 3º e 11 do artigo 85 do CPC/2015 e eventual Gratuidade da Justiça (artigo 98, §3º, CPC/2015).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator